

PREVALÊNCIA DO *BULLYING* EM CRIANÇAS DO 5º AO 9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

PREVALENCE OF BULLYING IN CHILDREN IN THE 5TH TO 9TH GRADES OF ELEMENTARY SCHOOL

Alana Domingos Soares

Bacharelanda em Psicologia na Universidade Tuiuti do Paraná. Curitiba, PR. Brasil.

Aline de Souza Galego

Bacharelanda em Psicologia na Universidade Tuiuti do Paraná. Curitiba, PR. Brasil.

Heloiza Cristina da Silva

Bacharelanda em Psicologia na Universidade Tuiuti do Paraná. Curitiba, PR. Brasil.

Leticia Vitoria Torres Estigara

Bacharelanda em Psicologia na Universidade Tuiuti do Paraná. Curitiba, PR. Brasil.

Paula Inez Cunha Gomide

Docente do programa de Pós-Graduação da Universidade Tuiuti do Paraná. Doutora e Mestre em Psicologia pela Universidade de São Paulo. São Paulo, SP. Brasil.

Coordenadora do Mestrado em Psicologia da Universidade Tuiuti do Paraná. Curitiba, PR. Brasil.

Resumo: O *bullying* é considerado uma violência que infelizmente é comum ocorrer no contexto escolar, caracterizado por comportamentos agressivos com a finalidade de intimidar, agredir e desqualificar pares. O objetivo principal deste estudo foi avaliar a prevalência do *bullying* em escolares do 5º ao 9º ano em Curitiba/PR e região metropolitana, considerando vítimas, agressores e testemunhas e o secundário foi a avaliação da relação dos estilos parentais com a ocorrência do *bullying* escolar. Foram participantes da pesquisa 224 estudantes do 5º ao 9º ano do ensino fundamental, sendo 94 do sexo masculino e 130 do sexo feminino. Na coleta de dados foram utilizados dois instrumentos: Escala de Violência Escolar - EVE e o Inventário de Estilos Parentais - IEP. Os resultados apontam a prevalência do *bullying* mais evidente nas escolas particulares do que nas escolas públicas, nos três papéis (agressor, vítima e testemunha), apesar de ambas possuírem resultados desfavoráveis. Os locais mais utilizados para a prática são as salas de aula e a internet. No papel de agressor o sexo masculino possui destaque. Há resultados negativos em relação às práticas parentais positivas de pais e mães associadas ao desenvolvimento de comportamentos pró-sociais. As práticas parentais negativas relacionadas ao aparecimento de comportamentos antissociais como disciplina relaxada e abuso físico apresentaram resultados que podem predizer comportamentos de vítimas, testemunhas e agressores. O Índice de Estilo Parental (IEP) foi pior para o sexo feminino na escola pública, todas as amostras se configuram de risco, onde as práticas negativas se sobrepõem sobre as positivas.

Palavras-chave: *Bullying*. Prevalência. Violência escolar. Estilos parentais.

Abstract: Bullying is considered a violence that unfortunately is common to occur in the school context, characterized by aggressive behavior with the purpose of intimidating, attacking and disqualifying peers. The main objective of this study was to evaluate the prevalence of bullying in students from the 5th to 9th grades in Curitiba/PR and metropolitan region, considering victims, aggressors and witnesses and the secondary objective was to evaluate the relationship of parental styles with the occurrence of school bullying. The research participants were 224 students from the 5th to 9th grades of elementary school, 94 males and 130 females. Two instruments were used in data collection: School Violence Scale - EVE and the Parenting Styles Inventory - IEP. The results point to the prevalence of bullying more evident in private schools than in public schools, in the three roles (aggressor, victim, and witness), although both have unfavorable results. The places most used for the practice are the classrooms and the Internet. In the role of aggressor, the male gender stands out. There are negative results regarding the positive parental practices of fathers and mothers associated with the development of pro-social behavior. Negative parenting practices related to the emergence of antisocial behaviors such as lax discipline and physical abuse showed results that can predict victim, witness, and aggressor behaviors. The Parental Style Index (PEI) was worse for females in the public school, all samples configured at risk, where negative practices overlapped positive ones.

Keywords: Bullying. Prevalence. School violence. Parenting styles.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo avaliar a prevalência do *bullying* em crianças do 5º ao 9º ano do ensino fundamental. Como justificativa social, esse tema é de extrema relevância, além do *bullying* trazer desconfortos momentâneos, ainda pode gerar consequências traumáticas futuras, impactando diretamente na vida de cada indivíduo. Para elaboração de conteúdos de conscientização e prevenção do *bullying* é necessário avaliar a prevalência no contexto de vítima, testemunha e agressor, visto que a violência afeta não somente a vítima. Além disso, é importante destacar a influência das relações parentais no desenvolvimento do indivíduo que implicam nas práticas da violência.

Dentre os diversos tipos de violência identificadas no contexto escolar, uma das que mais se destaca é o *bullying*, uma prática que, apesar de não ter definição própria no português, pode ser entendida como "intimidar" e "agir com crueldade". Olweus (2013) descreve o *bullying* como uma situação na qual um estudante é exposto a uma violência repetidamente por um período, ao longo das interações estabelecidas a partir de relações desiguais de poder.

Além do *bullying* também existe o *cyberbullying*, que consiste na junção de duas palavras da língua inglesa (*cyber* e *bullying*); *cyber* é uma contração da palavra *cybernetic* (cibernético), aquilo que está ligado à rede de informação e comunicação, ou seja, está relacionado ao âmbito da internet. Sendo assim, o *cyberbullying* refere a agressões praticadas via internet, por exemplo, nas redes sociais (FLÔRES et al., 2022).

Os artigos 10 e 20 da Lei 13.185/2015 caracterizam o *bullying* como expressões preconceituosas e de discriminação. Descreve como ato de violência física ou psicológica, que ocorre de forma intencional, praticada por um grupo ou indivíduo contra uma ou mais pessoas, com a intenção de agredir ou intimidar, causando angústia e dor à vítima. O Programa de Combate à Intimidação Sistemática citado na Lei 13.185/2015 e na Lei *Antibullying* 13.663/2018, destaca o papel das escolas na garantia de estratégias de conscientização, prevenção, análise e enfrentamento do *bullying*. Tais legislações dão ênfase ao combate, responsabilização e mudança do comportamento, em vez da punição dos agressores.

O *bullying* é um problema grave que atinge crianças e adolescentes por todo o mundo (VALLE & STELKO-PEREIRA, 2020). É um fenômeno caracterizado por comportamentos agressivos intencionais e repetitivos, baseado em relações com desequilíbrio de poder, por exemplo, diferenças de idade, estatura, força física, desenvolvimento emocional e apoio de colegas. Em virtude desses fatores, a vítima não consegue se defender ou reagir de modo assertivo às agressões que sofre (CHAVES & SOUZA, 2018). Inclui-se entre suas formas de manifestação as violências: (I) física: bater ou chutar um colega; (II) verbal: uso de apelidos que humilham, insultos ou xingamentos; e (III) psicológica: amedrontar, perseguir, intimidar e chantagear, entre outros. Sua ocorrência se dá em diversos contextos de interação social e envolvendo pessoas de distintas idades, porém tem maior prevalência em diferentes cenários na escola: sala de aula, pátio, banheiros, arredores e aulas de educação física (GOMIDE & BARROS, 2020).

De acordo com estudos realizados em 2015 pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO) com apoio do MEC, 69,7% dos estudantes declararam ter presenciado alguma situação de *bullying* escolar. Além disso, a Pesquisa Nacional da Saúde do Escolar (PeNSE) declarou que no mesmo ano 7,4% dos estudantes relataram que já se sentiram ofendidos e/ou humilhados e 19,8% informaram que já praticaram alguma situação de deboche, ofensa e intimidação contra seus colegas (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2018).

Pode-se observar três papéis envolvidos na dinâmica do fenômeno, em que os agressores são os responsáveis pelos comportamentos inadequados com outro indivíduo, às vítimas são o alvo e os espectadores quem presenciou toda a situação, podendo assumir um papel ativo ou passivo. Estudos relatam que todos os integrantes envolvidos, independente do papel ocupado, têm um impacto prejudicial à sua saúde, no meio escolar e no desenvolvimento (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA, 2019).

No Brasil, as transições escolares ocorrem nas alterações de níveis de ensino, uma delas é a mudança do Ensino Fundamental (período entre 1º ao 5º ano) e do Ensino Fundamental II (período entre o 6º ao 9º ano). Nessas alterações, os alunos normalmente mudam de escola, as matérias escolares são aumentadas, é necessário ter uma interação com maior quantidade de professores e formação de novas amizades com colegas desconhecidos. Além disso, esse período marca o início da adolescência, o qual é assinalado por transformações biológicas e psicossociais. Assim, a transição pode ser vivenciada por muitos alunos como um momento desafiador e são nesses períodos que se localiza um dos picos de ocorrência do *bullying*. Além disso, um dos fatores associados pode ser a existência de déficits nas habilidades sociais dos estudantes (SILVA *et al.*, 2022).

Entende-se por habilidades sociais comportamentos que possibilitam que um indivíduo seja avaliado como competente no desenvolvimento de alguma tarefa social e existem classes, por exemplo, expressividade emocional e autocontrole (tolerar frustrações, controlar o humor, acalmar-se, entre outras), empatia (demonstrar respeito às diferenças), assertividade (lidar com críticas, fazer e recusar pedidos) e solução de problemas interpessoais (identificar, avaliar possíveis possibilidades de solução e pensar antes de tomar decisões) (SILVA ET AL., 2022). A presença de déficits ocasiona impasses no relacionamento interpessoal que podem resultar em isolamento social, e esse comportamento é um aspecto de vulnerabilidade à vitimização por *bullying* (SILVA et al., 2022).

Além disso, os estudos relacionam a ocorrência do *bullying* com diversos fatores do contexto familiar (GOMIDE & BARROS, 2020) e os estilos parentais em que as crianças estão inseridas, como disciplinas punitivas, físicas e psicológicas (GOMIDE, 2021). O conjunto de fatores como sensibilidade moral, emoções, normas de grupo/pares, motivação e identidade podem levar a previsão do comportamento do *bullying*, não havendo somente um fator ou componente moral que leve a mesma previsão (GOMIDE, 2021). Isto implica a necessidade de analisar diversos contextos relevantes para o estudo da prevalência do *bullying* em escolas públicas, em meninos e meninas, que pode resultar em alta ou baixa prevalência. A parentalidade engloba um conjunto complexo e flexível de comportamentos sociais que contribuem e são essenciais para a sobrevivência e desenvolvimento dos filhos (ABRAHAM, 2021).

Conforme o artigo 27º da Convenção dos Direitos da Criança (ONU/ UNICEF, 1990), é de obrigação dos pais e/ou cuidadores assegurar as condições de vida necessárias para o desenvolvimento da criança, de acordo com as suas competências e capacidades financeiras, visto que a parentalidade é a principal tarefa de uma geração. É preciso preparar a segunda geração de seus filhos, para os desafios físicos, econômicos e psicossociais da sua vida, sendo descrita como uma das tarefas mais complexas, difíceis e com maiores desafios e responsabilidades do ser humano.

O estudo realizado no Paraná por Barros (2019) sobre efeitos do Programa de Comportamento Moral na redução de comportamentos de *bullying* escolar com alunos(as) da 4ª e 5ª série, utilizou o Inventário de Estilos Parentais - IEP (GOMIDE, 2006), Escala de Violência Escolar - EVE (STELKO-PEREIRA & WILLIAMS, 2010) e *A Questionnaire to Assess Affective and Cognitive Empathy in Children* (QACEC) (VEIGA & SANTOS, 2013) para avaliação da relação dos estilos parentais com o *bullying* escolar e empatia. Os resultados apontam que há correlação de práticas parentais paternas e vitimização por *bullying* em meninas (Punição inconsistente = 0,338; Negligência = 0,431; Disciplina relaxada = 0,401; Monitoria negativa = 0,471; Abuso físico = 0,414), já nos meninos, há correlação de práticas e comportamento de testemunhas (Punição inconsistente = 0,451; Negligência = 0,430; Monitoria negativa = 0,380). Portanto, o estudo indica que programas de intervenção em práticas parentais têm potencial para colaborar com programas *antibullying* (BARROS, 2019).

Atitudes de *bullying* acarretam grandes consequências negativas tanto para testemunhas quanto para as vítimas, afetando o desenvolvimento emocional, socioeducacional e psicológico. Sendo importante ressaltar que testemunhas do ato também sofrem as devidas consequências, visto que se sentem ameaçadas pelo ambiente de tensão, podendo se tornar inseguras e ter o comprometimento em sua aprendizagem escolar, sabendo que também

podem se tornar possíveis vítimas (LEANDRO, 2013). Freire e Aires (2012) apontam que os prolongamentos e a intensidade das agressões podem vir a ocasionar situações irreversíveis para a autoimagem da vítima, meio social e no vínculo familiar, visto que a raiva reprimida pode gerar pensamentos destrutivos e até levar ao suicídio da vítima.

Deve-se levar em consideração que não apenas a equipe docente deve ter formação e conhecimento sobre o assunto, mas os educandos também. Uma política de ensino sobre o *bullying* deve ser aplicada desde cedo nas escolas, desta forma as crianças teriam informações de como lidar em situações como esta, a quem recorrer, como prevenir e o motivo de não fazer ou reforçar este comportamento (LEANDRO, 2013).

Tessaro (2022) realizou uma análise sistemática sobre práticas pedagógicas de enfrentamento do *bullying* e evidenciou a importância dos profissionais das escolas, alunos e da família reconhecerem a necessidade de práticas de enfrentamento e estratégias de prevenção do *bullying*, e que estas tenham base nos problemas encontrados em cada escola em questão, ou seja, na identificação de necessidades a partir da realidade da escola, e não desenvolvidas como uma proposta verticalizada. O estudo ainda aponta que muitos conteúdos na literatura indicam a necessidade de elaboração de estratégias de prevenção, entretanto, há poucos estudos desenvolvidos que indiquem práticas pedagógicas educativas necessárias para o desenvolvimento.

Tessaro (2022) analisou nos trabalhos revisados contribuições da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano (TBDH) no conteúdo relacionado às práticas pedagógicas de enfrentamento e prevenção do *bullying* escolar, teoria esta que entende o desenvolvimento humano através dos processos de sua vida, contexto e tempo, o modelo bioecológico Processo-Pessoa-Contexto-Tempo (PPCT). Nela o *bullying* possui imprevisibilidade e intersubjetividade, e práticas de prevenção e enfrentamento devem ser realizadas pela sociedade, não apenas pelas escolas.

Os principais elementos para o desenvolvimento de estratégias de enfrentamento e prevenção do *bullying* escolar baseadas na TBDH são: (I) valorização da pessoa, processo, tempo e contexto, ou seja, para desenvolver e instituir estratégias é necessário pesquisa, incentivo e estudo pelas políticas públicas e apoio sistematizado; (II) reconhecimento do contexto/realidade educacional para identificação de problemas; (III) valorização do conteúdo já desenvolvido e praticado pela escola; (IV) desenvolvimento de projetos de incentivo à cultura que valorize o respeito, colaboração e cuidado e por fim (V) o desenvolvimento de estratégias pensadas juntamente por equipes multidisciplinares, família e escola (TESSARO, 2022).

Os efeitos dos estilos parentais são ressaltados em diversos estudos, em que são apontados que as práticas disciplinares abusivas e negativas são fatores que contribuem para a ocorrência de *bullying* escolar. Há maior probabilidade de crianças que sofrem agressões se transformarem em possíveis autores de violência (ESTÉVEZ, ET AL., 2007; ESPELAGE, ET AL., 2000; LUCAS, et al., 2015).

Segundo Gomide (2021) para entendimento do fenômeno *bullying* é necessário relacionar com os aspectos sociais e morais, em que a família ocupa um papel importante. Os valores e atitudes desenvolvidos durante a infância apresentam envolvimento das crianças e

adolescentes em papéis de agressor, vítima ou ambos, no contexto escolar, considerados relevantes para o desenvolvimento acadêmico e social, com relação nos resultados em avaliações e relacionamentos interpessoais, por exemplo.

Gomide (2006) define estilo parental como o conjunto de práticas parentais utilizadas para educar e controlar o comportamento dos filhos, ainda indica sete práticas parentais, sendo duas positivas: monitoria positiva e comportamento moral que estão relacionadas aos comportamentos pró-sociais, e cinco negativas: negligência, abuso físico, monitoria negativa, punição inconsistente e disciplina relaxada que estão correlacionadas aos comportamentos antissociais, incluindo o *bullying* escolar. A monitoria positiva compreende o acompanhamento ou a supervisão e a disponibilidade ou acessibilidade parental; o comportamento moral envolve as práticas educativas que transmitem valores (polidez, justiça, verdade/mentira, generosidade) permeadas pelo afeto; a negligência é a ausência de afeto, de cuidados educacionais e de saúde; a monitoria negativa refere-se à supervisão excessiva, hostil; a punição inconsistente envolve práticas disciplinares conflitantes que dependem do humor do cuidador; a disciplina relaxada compreende a ausência ou precariedade de regras educativas e a punição física é o uso de disciplina corporal como procedimento educativo (GOMIDE, 2021).

Apesar da criação de leis apresentarem o reconhecimento da importância da questão do *bullying* e serem capazes de gerar demandas por políticas públicas, elas não estão relacionadas a uma aplicação prática de um programa. Por esse motivo, é importante a necessidade de criação e avaliação da eficácia dos programas desenvolvidos (FREIRE E AIRES, 2012).

No Brasil, o Programa de Comportamento Moral (PCM) foi desenvolvido com propósito de possibilitar o desenvolvimento de comportamentos pró-sociais e emoções morais, por meio de vinhetas, histórias, modelagem e reforçamento positivo dos comportamentos desejados, buscando o aprimoramento da qualidade de vida das crianças e adolescentes (GOMIDE, 2010).

Um estudo com o objetivo de avaliar a eficácia do PCM na redução do *bullying* e no aumento da empatia em escolares foi realizado por Gomide, Barros e Zibetti (2022). Participaram 81 alunos de uma pública, matriculados na 4ª e 5ª série, com idade entre 9 e 15 anos. Os alunos que receberam autorização de seus pais para participarem foram submetidos a aplicação de dois instrumentos, a Escala de Violência Escolar (STELKO-PEREIRA, WILLIAMS & FREITAS, 2010) e o *Questionnaire to Assess Affective and Cognitive Empathy in Children* (QACEC) (VEIGA & SANTOS, 2013), seguidamente, divididos em dois grupos conforme conveniência de disponibilidade, o de Intervenção e o de Controle. Para a aplicação do programa, os participantes do grupo de Intervenção foram subdivididos em quatro grupos. O programa foi aplicado em 13 sessões, abordando valores e emoções morais, verificando também se a utilização repercutiria em aumento da empatia e redução do *bullying* nos papéis de agressor, vítima e testemunha. Após uma semana do término da intervenção, os instrumentos foram aplicados nos participantes do grupo Controle e novamente no de Intervenção. Os resultados do estudo demonstraram que o PCM aumentou comportamentos empáticos no grupo de Intervenção e redução dos comportamentos de *bullying* nos agressores, vítimas e testemunhas, indicando que o PCM pode ser uma ferramenta útil para escolas com o objetivo

de diminuir a frequência *bullying* e proteção das crianças e adolescentes, estimulando a conduta dos próprios alunos para um ambiente mais saudável e inclusivo.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O objetivo principal foi avaliar a prevalência do *bullying* em escolares do 5º ao 9º ano em Curitiba/PR e região metropolitana, considerando vítimas, agressores e testemunhas. O objetivo secundário foi o de avaliar a relação dos estilos parentais e a ocorrência do *bullying* escolar. Os participantes da pesquisa foram 224 estudantes, sendo eles 93 (41,52%) meninos e 131 (58,48%) meninas. A idade variou de 9 a 16 anos, com média 12,33 e desvio padrão 2,10. Sendo a escolaridade de 5º ano ao 9º ano do Ensino Fundamental, 114 são de escolas públicas e 110 de escolas privadas.

Solicitadas às escolas públicas/privadas a permissão para a realização da pesquisa com alunos do 5º ao 9º ano, assim como para os pais e responsáveis dos alunos participantes apontados pela rede de apoio das alunas. As escolas que aceitaram assinaram a Declaração de Infraestrutura. Após anuência das escolas o projeto foi encaminhado ao Comitê de Ética da Universidade Tuiuti do Paraná (UTP), após ter sido aprovado foi dado início aos procedimentos da coleta de dados através dos alunos interessados nas escolas e conhecidos pela rede de apoio. Todos os participantes (n = 224) receberam verbalmente informações detalhadas sobre a pesquisa, sobre a livre participação e acerca da possibilidade de interrompê-la a qualquer momento, caso não quisessem mais responder aos instrumentos de coleta de dados. Para os interessados em participar do estudo foram entregues/enviados aos responsáveis pelos estudantes o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para assinatura e os alunos assinaram o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE).

Os instrumentos utilizados foram o Inventário de Estilos Parentais - IEP (GOMIDE, 2021) e Escala de Violência Escolar - EVE (STELKO-PEREIRA E WILLIAMS, 2010) foram aplicados individualmente de forma online (Google Forms) ou em grupo, nas salas de aula. O critério de inclusão dos estudantes foi o de estar regularmente matriculado na escola do 5º ao 9º ano. A solicitação de autorização para os pais (TCLE) foi entregue na escola para os próprios estudantes. Em seguida, em conjunto com a direção escolar, foram agrupados, em sala de aula, os alunos que tiveram os documentos assinados para aplicação dos instrumentos e quiseram por livre e espontânea vontade participar da pesquisa. Em caso de autorização de participação on-line, os links com os instrumentos foram encaminhados aos estudantes via WhatsApp ou e-mail e foram respondidos aos instrumentos através da plataforma Google Forms. Os pesquisadores explicaram os objetivos da pesquisa e, em seguida, leram os itens dos instrumentos para que os estudantes respondessem. O tempo de aplicação dos dois instrumentos foi de aproximadamente 30 minutos.

Foram aplicados os instrumentos EVE e IEP em uma amostra de 224 estudantes de 5ª a 9ª série do ensino fundamental, sendo 50,89% de alunos de escola pública e 49,11% de escola particular, dos quais 93 eram do sexo masculino e 131 do feminino, com idade média de 12,33 (DP = 2,10). Inicialmente serão apresentados os dados correspondentes a frequência de *bullying* escolar medidas pela Escala de Violência Escolar e em seguida os resultados das práticas parentais da amostra, analisada através do IEP, o qual classifica o estilo parental em

quatro categorias: (1) Ótimo, (2) Bom, (3) Regular, (4) de Risco. Por fim, serão apresentados os modelos de regressão que avaliam a possibilidade de que as práticas parentais predigam comportamento de *bullying* em testemunhas, vítimas e agressores.

A Tabela 1 mostra as médias de *bullying* para testemunha, vítimas e agressores em função do tipo de escola. A Tabela 2 mostra a comparação dos níveis de *bullying* para testemunha, vítimas e agressores em função da escola pública e particular e dos locais das escolas. Observa-se que há uma maior incidência de *bullying* nas escolas particulares do que nas públicas, especialmente nas salas de aula e internet, tanto para testemunha, como para vítimas e agressores, e nos banheiros para testemunhas.

Tabela 1: *Escala de violência escolar -/EVE: Médias da amostra geral e por tipo de escola, das testemunhas, vítimas e agressores, nos locais das escolas.*

	Geral n= 224			Escola pública n= 114			Escola particular n = 110		
	Testem/	Vítima	Agres/	Testem/	Vítima	Agres/	Testem/	Vítima	Agres/
Sala	1,39	1,08	0,76	1,28	0,96	0,60	1,50	1,20	0,94
BWC	0,46	0,19	0,10	0,39	0,18	0,09	0,55	0,20	0,11
Pátio	1,09	0,65	0,46	1,05	0,61	0,41	1,13	0,70	0,51
Ed Fís	0,77	0,41	0,26	0,76	0,43	0,24	0,77	0,38	0,29
Arredor	0,80	0,44	0,35	0,81	0,44	0,27	0,79	0,45	0,43
Internet	0,80	0,47	0,37	0,58	0,34	0,26	1,04	0,60	0,48

Tabela 2: *Médias e teste t (de Student) de testemunhas, vítimas e agressores nos locais e bullying por tipo de escola.*

	Testemunha			Agressor			Vítima		
	Part	Públ	t (p)	Part	Públ	t (p)	Part	Públ	t (p)
Sala	1,50	1,28	2,598*	0,94	0,60	3,549***	1,20	0,96	2,588*
BWC	0,55	0,39	1,914*	0,11	0,09	0,452	0,20	0,18	0,403
Pátio	1,13	1,05	0,878	0,51	0,41	1,131	0,70	0,61	1,044
Ed Fís	0,77	0,76	0,104	0,29	,04	0,783	0,38	,043	-0,623
Arredor	0,79	0,81	-0,161	0,43	0,27	1,851*	0,45	0,44	0,78
Internet	1,04	,058	4,623***	0,48	0,26	2,494**	0,60	0,34	2,669**

$p = 0,10$ *; $p = 0,05$ **; $p < 0,0001$ ***

As Tabelas 3 (feminino) e 4 (masculino) analisam a ocorrência do *bullying* em função do sexo, das testemunhas, vítimas e agressores, em função do tipo de escola, particular ou pública e dos locais da escola.

Tabela 3: *Escala de violência escolar -EVE: Médias da amostra geral e por tipo de escola, das testemunhas, vítimas e agressores, nos locais das escolas, para os estudantes do sexo feminino.*

Feminino	Geral n= 224			Escola pública n= 114			Escola particular n = 110		
	Testem/	Vítima	Agres/	Testem/	Vítima	Agres/	Testem/	Vítima	Agres/
Sala	1,46	1,11	0,76	1,40	1,03	0,67	1,53	1,22	0,86
BWC	0,39	0,16	0,07	0,37	0,16	0,07	0,41	0,16	0,07
Pátio	1,10	0,59	0,40	1,07	0,53	0,37	1,14	0,66	0,43
Ed Fís	0,80	0,38	0,21	0,86	0,42	0,22	0,72	0,33	0,21
Arredor	0,79	0,44	0,34	0,79	0,45	0,30	0,79	0,43	0,38
Internet	0,83	0,50	0,41	0,60	0,38	0,32	1,12	0,66	0,53

Tabela 4: *Escala de violência escolar -EVE: Médias da amostra geral e por tipo de escola, das testemunhas, vítimas e agressores, nos locais das escolas, para os estudantes do sexo masculino.*

Masculino	Geral n= 224			Escola pública n= 114			Escola particular n = 110		
	Testem/	Vítima	Agres/	Testem/	Vítima	Agres/	Testem/	Vítima	Agres/
Sala	1,29	1,02	0,77	1,07	0,83	0,46	1,46	1,17	1,02
Banheiro	0,57	0,07	0,14	0,41	0,20	0,12	0,69	0,25	0,15
Pátio	1,08	0,40	0,55	1,02	0,73	0,49	1,12	0,75	0,60
Ed Fís	0,72	0,44	0,33	0,59	0,44	0,27	0,83	0,00	0,38
Arredor	0,81	0,44	0,37	0,83	0,41	0,22	0,79	0,46	0,48
Internet	0,76	0,42	0,31	0,54	0,27	0,17	0,94	0,54	0,42

A Tabela 5 mostra a comparação entre escola particular e pública para testemunhas, vítimas e agressores. Os resultados apresentaram maior prevalência nas escolas particulares, para os três papéis, independentemente do sexo.

Tabela 5: *Médias e teste t (de Student) de testemunhas, vítimas e agressores, em função do tipo de escola.*

	Particular	Pública	t (p)
Testemunha	27,70	18,89	4,306 (0,000) ***
Agressor	9,23	4,96	2,732 (0,007) **
Vítima	15,61	10,17	3,173 (0,002) **

$p = 0,10$ *; $p = 0,05$ **; $p < 0,0001$ ***

A Tabela 6 mostra a comparação entre os sexos feminino e masculino, para a ocorrência do *bullying* para testemunhas, vítimas e agressores. Os resultados mostraram maior prevalência de *bullying* no sexo masculino no papel de agressor. Não houve grande diferença entre os sexos para vítimas e testemunhas.

Tabela 6: *Médias e teste t (de Student) de testemunhas, vítimas e agressores, em função do sexo.*

	Feminino	Masculino	t(p)
Testemunha	22,7	23,82	-0,477 (0,634)
Agressor	5,67	9,01	-2,095 (0,037) *
Vítima	12,30	13,60	-0,726 (0,469)

$p = 0,10$ *; $p = 0,05$ **; $p < 0,0001$ ***

Tabela 7: *Média das práticas parentais maternas e paternas por instituições públicas e privadas e por sexo*

	Escola Pública				Escola Particular			
	Feminino = 73		Masculino = 41		Feminino = 58		Masculino = 52	
Práticas Parentais	materno	paterno	materno	paterno	materno	paterno	materno	paterno
Monitoria Positiva	7,96(4)	6,11(4)	7,89(4)	6,79(4)	7,43(4)	6,31(4)	8,07(4)	5,81(4)
Comportamento Moral	7,26(4)	5,56(4)	7,08(4)	6,78(4)	6,70(4)	5,70(4)	6,24(4)	5,06(4)
Punição Inconsistente	3,00(2)	3,31(3)	3,42(2)	2,81(3)	3,96(3)	3,29(3)	3,14(2)	2,98(3)
Negligência	3,06(3)	3,72(3)	2,38(2)	2,85(3)	3,08(3)	3,16(3)	2,09(2)	2,99(3)
Disciplina Relaxada	3,15(3)	2,98(3)	2,79(3)	2,59(3)	2,94(3)	2,20(2)	3,11(3)	2,09(2)
Monitoria Negativa	4,44(2)	3,77(2)	4,76(2)	4,05(2)	4,30(2)	3,17(2)	4,27(2)	3,05(2)
Abuso Físico	1,37(2)	1,80(3)	2,51(4)	2,19(3)	1,87(3)	1,41(2)	1,63(3)	2,17(3)
Índice de Estilo Parental	0,20	-3,91	-0,88	-0,91	-2,00	-1,20	0,06	-2,41

(1) ótimo, (2) bom, (3) regular e (4) de risco.

Na interpretação dos resultados, o IEP paterno indica que Monitoria Positiva e Comportamento Moral foram de risco para todas as quatro amostras, ou seja, escola pública, feminino e masculino, e escola particular feminino e masculino. Punição Inconsistente e Negligência apresentaram resultado regular (3); Disciplina Relaxada e Abuso Físico variou entre regular (3) e bom (2); Monitoria Negativa foi de nível bom (2). O Índice de Estilo Parental paterno (IEP) foi pior para o sexo feminino (-3,91) na escola pública do que para o sexo masculino (-0,91).

Já a interpretação dos resultados do IEP materno indica que Monitoria Positiva e Comportamento Moral também foram de risco para todas as quatro amostras. PI obteve nível bom (2) e regular (3), Negligência nível bom e regular (2 e 3), Disciplina Relaxada nível regular (3) e Abuso Físico variou entre bom (2), regular (3) e de risco (4). O Índice de Estilo Parental (IEP) ficou abaixo de zero para a maioria das amostras, a minoria apresentou números muito próximos de zero, que se configuram em estilo parental de risco, em que as práticas negativas se sobrepõem sobre as positivas.

As tabelas 8 e 9 apresentam comparações, por meio do teste t (*de student*) do Índice de Estilo Parental (IEP) materno e paterno das amostras de escolas públicas e particulares, e entre os sexos feminino e masculino, que se configuram negativos, indicando o uso excessivo de práticas inadequadas, onde ambas as amostras apresentam resultados desfavoráveis e não mostraram diferenças estatisticamente significativas para estilo parental materno e paterno.

Tabela 8: *Médias e teste t (de Student), IEP materno e Paterno em função do tipo de escola.*

	Particular	Pública	t(p)
IEPmaterno	-1,03	-0,19	-0,694 (0,489)
IEPpaterno	-1,78	-2,83	-0,761 (0,447)

$p = 0,10$ *; $p = 0,05$ **; $p < 0,0001$ ***

Tabela 9: *Médias e teste t (de Student), IEP materno e Paterno em função do sexo.*

	Feminino	Masculino	t(p)
IEPmaterno	-0,77	-0,35	-0,343 (0,732)
IEPpaterno	-2,71	-1,75	-0,685 (0,494)

$p = 0,10$ *; $p = 0,05$ **; $p < 0,0001$ ***

Foram utilizados três modelos de regressão. O modelo de regressão 1, avaliou as práticas parentais maternas e paternas capazes de prever o comportamento das testemunhas de *bullying*. Este modelo mostrou que as práticas parentais de Abuso Físico paterno e Disciplina Relaxada materna predizem a ocorrência do comportamento de testemunhas de *bullying* (R^2 0,90; $F=0,02$; Durbin-Watson=1,854).

O modelo 2 avaliou as práticas parentais maternas e paternas capazes de prever o comportamento das vítimas. Este modelo mostrou que Disciplina Relaxada materna pode prever comportamento de vítimas de *bullying* (R^2 1,126; $F=0,000$; Durbin-Watson=1,822).

O modelo 3 avaliou as práticas parentais maternas e paternas capazes de prever o comportamento dos agressores. Similar ao modelo 1, este modelo mostrou que as práticas parentais de Abuso Físico paterna e Disciplina Relaxada materna predizem a ocorrência do comportamento de agressores de *bullying* ($R^2 = 0,119$; $F= 0,000$; Durbin-Watson=2,114).

Durante a pesquisa foram encontradas algumas limitações. A coleta de dados teve início na pandemia do COVID-19 e diversas escolas não permitiam a entrada de terceiros, principalmente para pesquisas. Além disso, as escolas municipais (5º ano do ensino fundamental) solicitaram a autorização da Secretaria Municipal da Educação (SME) de Curitiba, a qual foi requerida em 09 de maio de 2022 e não houve retorno, levando a maior dificuldade de adesão, já que o contato e solicitação de participação eram feitos pelas alunas diretamente às escolas. Outro impacto que tivemos foi referente a adesão dos alunos, visto que nem todos quiseram fazer parte da pesquisa, se recusando a participar.

O projeto inicial tinha como meta o número de 400 participantes para a coleta, sendo 200 meninas e 200 meninos, levando em consideração as limitações citadas, não foi possível realizar a coleta do número de amostras estipuladas.

Apesar dessas limitações, espera-se que os resultados conseguidos com este estudo proporcionem uma melhor compreensão da prevalência e das especificidades da prática de *bullying* na cidade de Curitiba/PR e regiões metropolitanas; e reforcem a necessidade de as escolas diagnosticarem, previrem e enfrentarem o *bullying* de modo a promover e estimular comportamentos não violentos entre os estudantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados do presente estudo apontam que a ocorrência do *bullying* está mais presente nas escolas particulares do que nas escolas públicas. Segundo Aguiar e Barrera (2017), em sua pesquisa quando refere-se à tendência observada de agressão, também consta que são mais frequentemente relatadas por alunos de escolas particulares.

“A única hipótese que tem se até o momento segundo Aguiar e Barrera (2017) é referente as “diferenças” entre alunos, ele diz que apesar da suposição difundida de que diferenças físicas, por exemplo, usar óculos e ser obeso sejam fatores que predis põem alguém a se tornar uma vítima, essa hipótese não teve suporte em suas pesquisas, ou seja, embora seja possível que, em casos particulares, o *bullying* possa ocorrer devido a algum aspecto da aparência da vítima, esta não é a causa do fenômeno de um modo geral.”

Os locais mais utilizados para a prática são as salas de aula e na internet. Entende-se que as novas tecnologias da informação são recursos adotados para que se instituam novas formas de se relacionar e muitas vezes o *bullying* é transposto para o ambiente virtual (STELKO-PEREIRA et al., 2018). Além disso, outras pesquisas confirmam a sala de aula como um dos principais ambientes alvo de *bullying*, como Pereira, Silva e Nunes (2009) e Aguiar e Barrera (2017).

A literatura científica aponta que no contexto do *bullying* escolar há uma diferença entre os gêneros feminino e masculino como uma variação que se altera conforme o sexo, sendo dados que se assemelham com os do presente estudo. Os estudantes do sexo masculino normalmente apresentam um índice maior, principalmente no papel de agressor (FEIJÓ et al., 2022). Isso se observa no Brasil e em diversos países, como por exemplo, Espanha, Coreia do Sul, Reino Unido e Grécia (SILVA et al., 2019). Tal dado pode ser justificado pelo fato de os meninos cultivarem estilos de interação com seus pares de forma agressiva, como também

por exigências culturais pertinentes a imagem hegemônica de masculinidade, poder e dominação, que em grande parte dos casos estimula os meninos a praticarem a violência (SILVA et al., 2019).

Em relação ao pico da prevalência do *bullying*, estudos apresentam que está mais presente na transição escolar do quinto ao sexto ano (11-12 anos) e com o avanço da idade tende a diminuir (SILVA et al., 2019). Uma das justificativas seria a transição para a fase da adolescência, quando determinados tipos de agressão são menos aceitáveis socialmente (SILVA et al., 2019).

É importante destacar as relações parentais com a ocorrência do fenômeno, visto que, a forma que os membros se relacionam em termos de comportamento, sentimentos e afetos, não favorecem oportunidades para o desenvolvimento de habilidades e respostas sociais que reduzem a vulnerabilidade em relação a violência (OLIVEIRA, 2018). Além disso, as condições ambientais e familiares estão relacionados com comportamentos da violência, que englobam a forma de disciplina aplicada pelos pais e a ausência de supervisão, além disso, a desavença entre os pais pode prejudicar o autoconceito dos filhos, pois reprimem os aspectos negativos e positivos do comportamento dos responsáveis legais, e isso pode ser algo prejudicial no comportamento futuro da criança (SECCO, 2014).

Durante a coleta de dados foi observado uma quantidade de alunos que possuem pais ausentes. Segundo os estudos de Rolim (2010), agressores ou vítimas-agressoras são derivadas de lares com pai ausente, laços enfraquecidos, famílias frias e não acolhedoras, pais que não exercem o papel de monitoramento, cuidados, e são negligentes. Em controversa, também podem se apresentar como superprotetores, com disciplina inconsistente e contraditória (ROLIM, 2010).

Secco (2014) traz que criança sem limite pode compreender que comportamentos agressivos são aceitáveis e irá usar como modelo de se relacionar com outros indivíduos. Além disso, a autora também cita que a utilização de abuso físico pode ensinar aos filhos que a violência é um modo de os outros obedecerem às suas vontades e demandas, o que pode aumentar o risco de comportamentos relacionados ao *bullying*. A presente pesquisa pôde notar significâncias desfavoráveis quanto às práticas parentais negativas, em que o abuso físico paterno e disciplina relaxada materna predizem a ocorrência de comportamentos de testemunhas e agressores de *bullying*, e disciplina relaxada materna na ocorrência de comportamentos de vítimas de *bullying*.

REFERÊNCIAS

ABRAHAM, E.; LETKIEWICZ, A.; WICKRAMARATNE, P.; BUNYAN, M.; DIJK, M.; GAMEROFF, M.; WEISSMAN, M. Major depression, temperament, and social support as psychosocial mechanisms of the intergenerational transmission of parenting styles. **Development and Psychopathology**, 1-15, 2021.

AGUIAR, L. G. F.; BARRERA, S. D. **Manifestações de *Bullying* em diferentes contextos escolares: um estudo exploratório**. Manifestations of *Bullying* in Different School Contexts: an Exploratory Study, 2017. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/pcp/a/VsFcwh63RWWvgfFQTV64kCH/?format=html&lang=pt>

BARROS, F. T. A. D. **Efeitos de um programa de comportamento moral para a redução de comportamentos de *bullying* escolar**, 2019.

BRASIL. **Lei 13.185 de 6 de Novembro de 2015**. Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (*Bullying*), 2015. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13185.htm

BRASIL. **Ministério da Educação. MEC apoia enfrentamento ao *bullying* e violência nas escolas**, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/busca-geral/222-noticias/537011943/62581-mec-apoia-enfrentamento-ao-bullying-e-violencia-nas-escolas>

BRASIL. **Lei 13.663 de 14 de Maio de 2018**. Altera o art. 12 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir a promoção de medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência e a promoção da cultura de paz entre as incumbências dos estabelecimentos de ensino, 2018. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13663.htm

CHAVES, D. R.; SOUZA, M. R. ***Bullying* e preconceito: a atualidade da barbárie**, 2018. Disponível em:

[#">https://www.scielo.br/j/rbedu/a/XMxfvL9nkj7s8jQ8v9sSmjw/?format=html&lang=pt #](https://www.scielo.br/j/rbedu/a/XMxfvL9nkj7s8jQ8v9sSmjw/?format=html&lang=pt)

ESPELAGE, D. L.; BOSWORTH, K.; SIMON, T. R. Examining the social context of *bullying* behaviors in early adolescence. **Journal of counseling & development**, 78(3), 326-333, 2000.

ESTÉVEZ, E. L.; MURGUI, S. P.; MORENO, D. R.; MUSITI, G. O. Family communication styles, attitude towards institutional authority and adolescents' violent behavior at school.

Psicothema, 19(1), 108- 113, 2007.

FEIJÓ, M. C. B.; LEMBO, V. M. R.; KIMURA, K. Y.; ANDRADE, A. L. M.; SAMPAIO, J. M. C.; DE OLIVEIRA, W. A. Revisão com síntese qualitativa sobre as experiências de meninos e meninas que praticam *bullying* na escola. **Research, Society and Development**, 11(2), e18111225668-e18111225668, 2012.

FLÔRES, F. N.; VISENTINI, D. M.; FARAJ, S. P.; SIQUEIRA, A. C. *Cyberbullying* no contexto escolar: A percepção dos professores. **Psicologia Escolar e Educacional**, 2022. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/pee/a/h7Z9LHtRc67rsWrqmXXpn3w/?lang=pt#>

FREIRE, A. N.; AIRES, J.S. A contribuição da psicologia escolar na prevenção e no enfrentamento do *bullying*. **Revista Psicologia Escolar e Educacional**. v.16, n.1, Maringá, 2012.

GOMIDE, P. I. Avaliação do Programa de Comportamento Moral. In P. I., Gomide, P.; Martins, A. L.; Watanabe (Eds). **Comportamento Moral: Uma Proposta Para o Desenvolvimento das Virtudes** (pág. 243). Curitiba: Juruá, 2010.

GOMIDE, P. I. **Inventário de Estilos Parentais**. (pág. 9; 71-76). Juruá Editora: Curitiba.
Gomide, P. I. C., Barros, F., & Zibetti, M. R. **Reduction of School Bullying Through**, 2021 e 2022.

GOMIDE, P. I.; BARROS, F. T. A. Comportamento moral e redução do *bullying* em escolares. In P.I.C. Gomide & A.C. Stelko-Pereira (Eds); **Bullying-perspectivas e propostas nacionais de intervenção** (pág. 21; 105-118). Juruá Editora: Curitiba, 2020.

LEANDRO, V. L. D. **Bullying no ambiente escolar. Publicado por: pedagogia ao pé da letra**, 2013. Disponível em: <http://pedagogiaaopedaletra.com/bullying-no-ambiente-escolar>

LUCAS, S.; JERNBRO, C.; TINDBERG, Y.; JANSON, S. Bully, bullied and abused. Associations between violence at home and *bullying* in childhood. **Scandinavian journal of public health**, 44(1), 27-35, 2016.

OLIVEIRA, W. A.; SILVA, J. L.; QUERINO, R. A.; SANTOS, C. B.; FERRIANI, M. G.; SANTOS, M. A.; SILVA, M. A. Revisão sistemática sobre *bullying* e família: uma análise a partir dos sistemas bioecológicos. **Revista de Salud Pública** [online], 2018. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/rsap/2018.v20n3/396-403/pt/#>

OLWEUS, D. School *bullying*: Development and some important challenges. **Annual review of clinical psychology**, 9(1), 751-780, 2013.

ONU/UNICEF. **Convenção sobre os Direitos da Criança**. New York: UNICEF, 1990. Disponível em: http://www.unicef.pt/doc/pdf_pub/convencao_direitos_crianca2004.pdf.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Violência escolar e bullying**: relatório sobre a situação mundial, 2019. Disponível em: <https://prceu.usp.br/repositorio/violencia-escolar-e-bullying-relatorio-sobre-a-situacao-mundial/>

PEREIRA, B.; SILVA, M. I.; NUNES, B. Descrever o *bullying* na escola: estudo de um agrupamento de escolas em Portugal. **Revista Diálogo Educacional**, 9(28), 455-466, 2009. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/de/v09n28/v09n28a04.pdf>

ROLIM, M. **Bullying: o pesadelo da escola**. Porto Alegre: Dom Quixote, 2010.

SECCO, M. G. **Estilos parentais, autoestima e comportamentos de agressão e vitimização entre pares em contexto escolar-Bullying**, 2014. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/27805/1/TESE%20-%20Monica%20Secco.pdf>

SILVA, J. L.; FIGUEIREDO., G. L.; NASCIMENTO, L. C.; BERETTA, R. C.; FERNANDEZ, J. E.; PEREIRA, B.O. *Bullying* e Habilidades Sociais de Estudantes em Transição Escolar. **Psico-USF** [online]. v. 27, n. 1, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psuf/a/M4hsrs4pn9Fv6TDSMS8YbNq/#>

SILVA, J. L.; OLIVEIRA, W. A.; MELLO, F. C.; PRADO, R. R.; SILVA, M. A.; MALTA, D. C. Prevalência da prática de *bullying* referida por estudantes brasileiros: dados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar, 2015. **Epidemiologia e Serviços de Saúde** [online], 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ress/a/MGVppMs3tCxZ8GbwCMXrky/abstract/?lang=pt#>

GOMIDE, Paula I. C. *et. al.* Prevalência do bullying em crianças do 5º ao 9º ano do ensino fundamental. **Revista Direito UTP**, v.4, n.6, jan./jun. 2023, p. 48-63.

STELKO-PEREIRA, A. C.; BRITO, R. M.; BATISTA, D. G.; GONDIM, R. S.; BEZERRA, V. M. **Violência virtual entre alunos do ensino fundamental de diferentes estados do Brasil**, 2018.

STELKO-PEREIRA, A. C.; WILLIAMS, L. C. A.; FREITAS, L. C. **Validade e consistência interna do Questionário de Investigação de Prevalência de Violência Escolar** - versão estudantes. *Aval. psicol*, 9(3), 403-411, 2010.

TESSARO, M. Estratégias teórico-metodológicas de enfrentamento do *bullying*. **Revista Espaço Acadêmico**, 21(233), 158-170, 2022.

VALLE, J. E.; STELKO-PEREIRA, A. C. **Polêmicas da definição de *bullying*, histórico de pesquisas e intervenção**, 2020.

VEIGA, F.; SANTOS, E. **Uma Escala de Avaliação da Empatia: Adaptação Portuguesa**, 2013.